



LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INTERNET

DANIELLE DA COSTA SILVA
ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES
SIMONE DA COSTA SILVA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA INTERNET

Eixo temático:

13. Currículo Escolar, Gestão escolar, Organização do trabalho pedagógico.

Resumo: A temática desenvolvida neste artigo é fruto dos resultados parciais de uma pesquisa de iniciação científica (CNPq), intitulada Gestão Democrática (GD). O objetivo geral desta pesquisa é fazer um levantamento das produções realizadas pela pesquisadora a fim de resgatar os principais marcos de uma investigação sobre as produções que abordam a GD dentro da educação. Quanto à metodologia é quanti-quali, pois compreende de dois momentos: 1) levantamento quantitativo do material bibliográfico encontrado na pesquisa; 2) análise desse material. Com efeito, foram constatados diversos dados, entre eles o fato de que grandes partes das discussões sobre a temática pesquisada, expostas em periódicos, são de origem da região Sudeste e a região Nordeste concentra uma das menores partes dessas produções.

Palavras-chave. Gestão Democrática. Internet. Publicações.

Resumen: El tema desarrollado en este artículo es el resultado de los resultados parciales de una investigación de iniciación científica (CNPq), titulado Gestión Democrática (GD). El objetivo general de esta investigación es estudiar las producciones realizadas por el investigador con el fin de rescatar a los principales hitos de una investigación sobre las producciones que abordan el GD dentro de la educación. En cuanto a la metodología es cuantitativa y cualitativa, que incluye dos etapas: 1) encuesta cuantitativa de material bibliográfico que se encuentra en la investigación; 2) análisis de este material. De hecho, se han encontrado varios datos, entre ellos el hecho de que gran parte de los debates sobre el tema investigado, expuestos en las revistas son de origen en el sureste y la región Nordeste tiene una de las partes más bajas de estas producciones.

Palabras clave. Gestión democrática. Internet. Publicaciones.

Introdução

Os dados apresentados neste artigo são referentes aos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica CNP que objetiva construir um memorial da trajetória de uma investigação realizada a respeito das publicações na internet que tratam da Gestão Democrática na educação. Deste modo, buscamos levantar os principais resultados de pesquisas realizadas por nós com a temática: gestão democrática, com o foco nas publicações exposta na internet sobre essa discussão, a fim de elaborar um memorial.

É notável a singularidade da construção de uma pesquisa dessa natureza, principalmente relacionada a uma área do conhecimento, gestão democrática nas escolas, em que o sujeito epistemológico deve se lançar no estudo dos aspectos políticos, mas também pedagógico. Nessa caminhada de investigação aparecem os obstáculos e suas superações que nos realizam e motiva a buscar os objetivos traçados até mesmo diante das frustrações que de fato nos trazem mais maturidade. Desta forma, este memorial é um recorte valioso da minha trajetória como pesquisadora e como agente de transformação sociocultural no âmbito da gestão democrática em lócus da internet.

A primeira pesquisa que inseriu a investigadora nesse universo tinha como objetivo geral: Realizar um levantamento das produções bibliográficas acerca da gestão democrática (GD) no Brasil publicadas na *internet* a partir de 1996 em diante. Neste sentido, os resultados dessa investigação serão analisados nas seções que a seguir.

1º pesquisa com temática “Gestão democrática na internet: publicações em foco” (2012-2013)

Para atender os objetivos dessa pesquisa, fizemos um levantamento dos principais sites que tratam dos documentos legais que fundamentam a Gestão Democrática desde 1996. Deste modo, os sites que pesquisamos disponibilizam os seguintes documentos: A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, o Plano Nacional de Educação- PNE, Plano Estadual de Educação- PEE e o Plano Municipal de Educação da cidade de Maceió- PME, que serão apresentados no quadro 2, respectivamente

Sites dos documentos legais

- <http://www.planalto.gov.br>
- <http://portal.mec.gov.br>
- <http://bd.camara.gov.br>
- <http://www.educacao.al.gov.br>
- <http://www.sinteal.org.br>

Fonte: Elaborado pela a autora (2013)

Ao analisar os documentos divulgados nestes sites constatamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu segundo título, levando em consideração a Constituição Federal em seu capítulo III, seção I, Art. 206, defende em seu princípio VI que a gestão democrática do ensino público deve ser assegurada em forma da lei, tratando-a como um dos princípios e fins da educação.

Ainda, em seu título IV aborda a organização da educação nacional, especificamente em seu artigo 13, defende que os docentes deverão colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.

Já o artigo 14 deste documento expõe que os sistemas de ensino definirão criar as normas da gestão democrática, respeitando as especificidades e seguindo a dois princípios: participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola, participação das comunidades local e escolar em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2011). Enquanto que o 15º artigo propõe aos sistemas de ensino que assegurem as unidades escolares públicas progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, com base nas normas gerais do direito público.

Ainda com base na Constituição de 1988, que defende a construção de um Plano Nacional de Educação, foi aprovado o novo PNE de 2011 a 2020 que em seu Artigo 9º adverte aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios que construam leis para disciplinar a gestão democrática da educação. Neste sentido, este plano propõe a seguinte meta e estratégias:

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Estratégias: 19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado leis específica prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e

desempenho e a processos que garantam a participação da comunidade escolar preliminares à nomeação comissionada de diretores escolares.

19.2) Aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores escolares.(BRASIL, 2011).

Também com base na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano anterior de educação o Plano Estadual de Educação-PEE- 2006-2015 criou alguns critérios para a implementação da Gestão Democrática em suas diretrizes políticas-pedagógicas, e um deles é a defende que a gerência dos recursos destinados à educação deve ser feito de forma descentralizadora e democrática por meio de mecanismo colegiado de controle social. Desta forma, este documento propõe alguns objetivos, tais como:

13.3.1. Descentralizar as ações educativas desenvolvidas pelo executivo estadual, possibilitando, cada vez mais, a autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira das instituições educacionais.

13.3.4. Estimular a discussão sobre o direito à tomada de decisão pelos usuários e profissionais da educação, enquanto exercício de cidadania.

13.3.5. Criar estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Estadual de Educação - PEE pela sociedade civil.

13.3.6. Possibilitar ao coletivo a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das suas possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas.

13.3.8. Aprimorar os Conselhos Escolares deliberativos, como instrumentos de construção coletiva e democrática das propostas político-pedagógicas das unidades escolares.

13.3.36. Fortalecer o funcionamento dos conselhos escolares como mecanismos de participação comunitária na escola, promovendo, nas escolas estaduais e municipais capacidade anual para os conselhos escolares e unidades executoras sobre gerenciamento e prestação de contas dos recursos financeiros. (2006, p.86).

Já o Plano Municipal de Ensino de Maceió, explica que a Gestão Democrática nesta cidade é resultante da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB. E de acordo com este plano o significado e abrangência dessa perspectiva de gestão se dá da seguinte maneira:

A democratização da educação é conceituada, em um sentido amplo, como pleno acesso de todos os cidadãos à educação. No caso da educação formal, é entendida como garantia de acesso, permanência e sucesso, com conclusão dos estudos, em instituições de ensino. Esses pressupostos têm como decorrência o debate sobre qual educação deve ser desenvolvida nessas instituições, e de como garantir os interesses educacionais da população. Portanto, para além do acesso, torna-se premente a necessidade de garantir a participação dos atores sociais envolvidos na gestão, através de espaços de discussão, deliberação e avaliação do currículo (entendido de forma ampla) das instituições de ensino e, também, na esfera macro, a participação na elaboração das políticas educacionais. Esse é o conceito que constitui a gestão democrática da educação, em âmbito de sistema e em cada instituição: como participação social nos processos de reflexão, decisão e avaliação do conjunto das políticas educacionais e das ações pedagógicas. (2011, p.86)

Desta forma, este documento dentre as diversas diretrizes para gestão e financiamento da educação, defende a instituição de um planejamento democrático, em que as metas e objetivos desta diretriz estejam sobre o controle social. Por isso fixa os seguintes objetivos:

Aprimorar, permanentemente, os Conselhos Escolares, reforçando-lhes o caráter deliberativo, de modo a que sejam instrumentos de construção coletiva e de acompanhamento democrático das propostas político-pedagógicas das unidades escolares;

Pautar, nos processos de escolhas de representantes nos diversos coletivos escolares e na eleição de diretores, o tema da gestão democrática, enquanto determinação legal e direito social.

A partir destas análises, verificamos que desde a divulgação da CF de 1988, especificamente o Artigo 206, que assevera que a gestão democrática deve ser garantida em forma de lei, a criação de legislações estaduais e municipais que regulamentam a gestão democrática ainda caminha em passos lentos.

O resgate desse estudo acerca da pesquisa realizada, que tinha como foco os documentos oficiais, nos leva a refletir que apesar dos documentos legais e de um grande contingente de estudos voltados para esta temática, como comprova

a pesquisa abaixo realizada na internet acerca das produções sobre os espaços que mais divulgam dados sobre a Gestão Democrática nas escolas, ainda há a necessidade da superação diversos impasses para que de fato a organização escolar venha acontecer de fato democraticamente.

Neste sentido, verificamos em dos resultados desta pesquisa que grande parte das produções científicas acerca da gestão democrática nos sites pesquisados estão em formato de artigos, representando 80% das produções, enquanto que as dissertações representam 8%, as revistas 6%, e as monografias, módulos e livros apenas 2%. Diante disto, concluímos há diversos espaços de discussões a respeito desta temática pelo fato de que os sites que divulgavam artigos e estes eram em sua maioria de eventos acadêmicos, demonstrando que atualmente existe uma grande preocupação dos pesquisadores em discutir a gestão democrática da educação.

Com relação ao segundo momento da pesquisa que partiu do objetivo de elaborar um quadro categorial das produções identificadas nos *sites* pesquisados fizemos uma análise destas produções a partir de categorias, que de acordo com Bardin, “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos, sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (1977, p. 117).

Desta forma, a partir da leitura dos materiais encontrados elaboramos um quadro em que foram suscitadas algumas categorias que se encontravam expostas nos trabalhos. Neste sentido, a seguir serão expressas as categorias apresentadas nas produções divulgadas nos *sites* pesquisados.

Trabalhos científicos sobre a GD encontrados na internet por categoria 1996 -2013

Categorias

- Papel do gestor-7
- Autonomia-2
- Conselho escolar-3
- Efetivação da GD-6
- Conceitos-10
- Participação-8
- Projeto político pedagógico-2
- Outras-12
- Total-50

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A partir da análise dos dados acima podemos perceber que as categorias que mais se fizeram presentes nas produções foram as categorias: Conceitos e princípios da gestão democrática, participação, papel do gestor, efetivação da gestão democrática, enquanto que as categorias Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico e outras que tratam da gestão democrática e sua relação com a administração dos recursos destinados a escola, a GD com um direito humano foram categorias que menos se fizeram presentes nas produções expostas nos *sites*.

Com base no levantamento categorial é perceptível que determinadas categorias se sobressaíram nas produções acadêmicas divulgadas nos sites em que pesquisamos. Como é o caso da categoria papel do gestor na gestão democrática, em que nestes trabalhos que expressam esta categoria percebemos o quanto que para alguns autores na implantação da GD nas escolas é de extrema importância que o gestor entenda seu papel enquanto mediador das decisões.

Com relação às produções que apresentaram a categoria conceitos e princípios da GD verificamos que nestas produções há uma preocupação de esclarecer o que é realmente uma gestão democrática e quais princípios ela toma por base. Já em relação aos trabalhos que tomaram como base categoria participação ficou claro que o fato de haver a participação da comunidade escolar para eleição de diretores não significa a total efetivação da GD, para tanto é necessário à participação nas decisões administrativas, pedagógicas e financeira este fato também é perceptível na categoria efetivação da gestão democrática.

Cabe ressaltar, que em nossa pesquisa tivemos uma enorme dificuldade de historiar os periódicos encontrados, visto que alguns sites não publicam a data das produções que eles divulgam. No entanto, podemos perceber que grandes partes dos trabalhos, cerca de 90%, estavam datadas a partir do ano 2000, em que este fato demonstra que as discussões sobre a gestão Democrática ainda é recente.

Reflexões acerca dessa pesquisa

Diante desta pesquisa que realizamos pudemos levantar dados apresentados com relação à gestão democrática na

internet, sejam as legislações que norteiam a efetivação da GD na educação, sejam as produções acadêmicas que tratam da temática. Com relação à legislação podemos considerar que, desde promulgação da Constituição Federal em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) vem sendo criados cada vez mais mecanismos para assegurar a efetivação da Gestão Democrática na educação, como é o caso do projeto de lei do novo Plano Nacional da Educação (2010-2020) que em sua meta dezenove afirma que deve ser dando prioridade para o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado leis específica prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho e a processos que garantam a participação da comunidade escolar.

Considerando o levantamento dos principais sites e a análise dos quadros, das tipologias e dos documentos legais presentes nesse trabalho, concluímos então que há diversos espaços de discussões a respeito desta temática pelo fato de que os sites que divulgam artigos são em sua maioria de eventos acadêmicos, demonstrando que atualmente existe uma grande preocupação dos pesquisadores em discutir a gestão democrática da educação. Compreendemos que durante o período em que a política da GD se constituiu em um amplo campo de conhecimento isso fez despertar o interesse de diversas pessoas de diferentes lugares e níveis intelectuais, de modo que a temática, hoje, é profusamente divulgada.

A ampliação dessa pesquisa: “Gestão democrática na internet: publicações em foco” (pesquisa 2013/2014)

Dando continuidade a pesquisa anterior, esse segundo momento teve como objetivo apresentar os resultados finais do estudo inicial. Sendo assim, os dados relatados busca concluir os dados levantados anteriormente.

Nesta pesquisa nos focamos em fazer novamente um levantamento dos principais sites que publicam ou publicaram estudos científicos sobre a gestão democrática. Desta forma, neste estudo procuramos centrar nossa pesquisa no banco de periódicos *online* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) para realizar análises desses dados e dos documentos legais.

Martins e Silva (2011, p.49) ao realizar uma pesquisa de natureza semelhante a esta, justifica sua escolha pelo banco de dados da CAPES com a seguinte afirmativa:

[...] Tal escolha se justifica em função da primazia dos serviços realizados por esta agência- em especial, quanto ao seu papel no acesso e divulgação da produção científica, coordenação da avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e periódicos nacionais-, pautados no aperfeiçoamento crescente dos padrões de excelência e maior produtividade dos programas de mestrado e doutorado brasileiro [...]

Comungamos com os autores acima que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior constitui um espaço privilegiado para a pesquisa de produções acadêmicas com base em parâmetros científicos.

Nesta primeira etapa da pesquisa foram consultadas 505 produções, no entanto apenas 44 correspondiam à temática pesquisada (gestão democrática), pois ao escolher a palavra chave foram apresentados diversos temas totalmente divergentes ao pesquisado.

A palavra-chave que serviu de base para esta pesquisa, inicialmente, foi **gestão democrática** que por ser um tema amplo nos foi apresentada a gestão democrática em diversos espaços, a partir disto mudamos a mesma por: **gestão democrática escolar**, em que neste espaço encontramos 107 artigos, no entanto houve repetições, por isso para a nossa análise só pudemos contar com apenas 44.

Para o tratamento das informações apresentadas nos periódicos tomamos algumas categorias com base na orientação de Bardin (1977) que defende que as escolhas destas devem ser em virtude da dimensão da análise e do próprio objetivo pretendido. Neste sentido, as categorias definidas foram as seguintes: regiões do estado brasileiro, o ano das produções, a instituição autora (pública ou privada), assunto abordado: intra ou extra-escolar.

A partir disto, a nossa análise inicial esteve focada na categoria: **região responsável pela divulgação** do periódico. Com base nesta categoria, evidenciamos que grande parte dos espaços que são responsáveis pela divulgação das produções acadêmicas, sobre a temática gestão democrática escolar, estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, respectivamente,

Analizamos que a região Sudeste concentra 55% dos periódicos que estão expostos no portal da CAPES e abordam a gestão democrática, já a região Sul emprega 41% dos periódicos, enquanto que a região Nordeste fica apenas com 4% do total dos periódicos que discutem a temática.

Esta realidade nos leva a refletir sobre o quanto que as produções acadêmicas ainda estão centradas nas regiões Sul e

Sudeste e que as produções nas demais regiões precisam ter seu espaço ampliado, apesar de que nos últimos anos houve um aumento significativo no surgimento de periódicos em todo o Brasil. Este fato também pode ser explicado devido a falta de conhecimento de alguns periódicos que surgiram nestas regiões e que os pesquisadores não os conhecem.

A segunda categoria que nos orientou foi a categoria: **ano da produção** pelo fato de que um dos objetivos deste trabalho de pesquisa foi justamente historiar os periódicos *online* que publicaram ou publicam temáticas envolvendo a GD.

Ao realizar análise das produções com base nesta categoria podemos constatar que boa parte das produções envolvendo a gestão democrática foram divulgadas no ano de 2010, em que a partir disto, verificamos a necessidade da realização de pesquisas para a compreensão deste fenômeno, no entanto em virtude dos objetivos desta pesquisa não pudemos fazer esta busca e apontamos esta necessidade para pesquisas posteriores. Apesar de não realizamos a pesquisa de exaustiva, fizemos um levantamento na internet sobre as produções científicas no Brasil e verificamos que houve um aumento expressivo do número de periódicos no Brasil e segundo a Folha de São Paulo (2013) o aumento de periódico no Brasil em dez anos (2001-2011) foi de 62 para 270.

Diante destes dados, é perceptível que os anos tabulados acima marcam um período em que ocorreu um aumento nas produções a respeito da gestão democrática. Neste sentido, podemos constatar que o ano de 2008, 2011 e 2014 com três por cento (3%) das produções, cada um; representando seis por cento (6%) em 1999, 2001, 2004 e 2007; já os anos de 2012 e 2013 com onze por cento (11%); o ano de 2009 apresentou nove (9%); enquanto que, o ano de 2010 com um percentual de trinta e seis por cento (36%) destaca-se como o ano com o maior número de trabalhos escritos acerca da temática.

Com relação à análise dos periódicos a partir da categoria: **instituição que responsável pela produção do periódico** podemos constatar que a maioria das produções em periódicos sobre a temática gestão democrática são de origem de instituições públicas, como se pode ver analisar apenas 9% das produções são de origem das instituições privadas, enquanto que 90% das produções pesquisadas foram de instituições públicas.

A partir da análise desses dados exposto podemos inferir que as instituições públicas é o espaço que mais privilegia a discussão sobre a gestão democráticas das escolas públicas brasileiras, pois como é notável, apenas uma parcela quase que insignificativa das produções são oriunda das instituições privadas de ensino.

Considerações finais

Diante dos dados levantados nesta pesquisa sobre as produções publicadas na internet que tem como foco a Gestão Democrática e os documentos legais também publicados nesse meio, foram constatados alguns dados como o fato de que grandes partes das discussões expostas em periódicos são de origem da região Sudeste e a região Nordeste concentra uma das menores partes dessas produções, em que diante disso inferimos que essa realidade se deve ao fato de que as revistas existentes dessa região são pouco conhecidas pelos próprios moradores desse espaço.

Podemos também analisar outros dados como o fato de que: grandes das produções se concentram no ano de 2010, e centram suas discussões em temas extra-escolares, são produzidas principalmente por instituições públicas, como também as produções que surgem a partir de 1999 focam no debates democracia X autoritarismo e as discussões mais atuais tomam os princípios da Gestão Democrática como centro para a discussão.

Enfim, na leitura do Plano Nacional de Educação (2011-2020), por ser um dos documentos mais atual que trata da efetivação de políticas educacionais, verificamos que esse documento aborda o mérito como um fator preponderante para a gestão escolar, esse fato pode ser confirmado no momento em que esse documento afirma que as gestões escolares que tomam como base a seleção de diretores se sobressaem em relação aquelas que os diretores foram eleitos pela comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sergio Onofre de. **Gestão Democrática? Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CRUZ NETO. Tiago Leandro. **Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino em Alagoas (1999-2004)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2008.

CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.

DOURADO, Luís Fernandes. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. 1. ed. Brasília-DF: MEC/SEB, 2004.

_____. (Org.). **Gestão Escolar Democrática**: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia. 1. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

_____. PARO, Vitor Henrique. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. 1. ed. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carap; AGUIAR, Márcia Ângela da S.. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades. **Em Aberto. Gestão escolar e formação de gestores**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 17, n. 72, jun. 2000.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GONÇALVES, Maria Dativa de Sales. **Autonomia da escola e neoliberalismo: estado e escola pública**. São Paulo: PUC/SP, 1994.

HADDAD, Sérgio. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. (Orgs.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LÜCK, Heloisa. Perspectiva da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus gestores. **Em aberto**. Brasília, n. 72, p. 11-3, junho 2000.

_____, Heloisa. Et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PAZETTO, Antônio Elízio; WHITTMAN, Lauro Carlos. **A produção de pesquisas em políticas e Gestão da educação no Brasil, de 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, 1999.

POPKEWITZ, Tomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica? poder e conhecimento em educação**. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche; DAVIS, C.. **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Educação e gestão**: extraindo significados da base legal. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. (Orgs.). **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 1987.

Graduanda de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). Email: danicostaufal@gmail.com.

Professora doutora da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira. Email: elionend@uol.com.br.

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). Email: simonecostaufal@gmail.com.

Recebido em: 30/05/2015

Aprovado em: 30/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: